



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Trabalho de Fim de Curso

**História dos ex-trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática
Alemã após a rescisão unilateral dos contratos (1979-2019)**

Discente:

Américo Vasco Nhandza

Docentes:

Paulo Lopes José, PhD

José Cláudio Mandlate, MA

Maputo, Julho de 2024

**História dos ex-trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática
Alemã após a rescisão unilateral dos contratos (1979-2019)**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a
obtenção do grau de Licenciatura em História da Universidade Eduardo Mondlane

Américo Vasco Nhandza

Departamento de História
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane

Maputo, Julho de 2024

Sumário

Declaração de honra.....	ii
Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Cronologia.....	vii
Lista de Siglas e Acrónimos.....	ix
CAPITULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização.....	1
1.2. Objectivo Geral.....	2
1.3. Objectivos específicos.....	2
1.4. Justificativa.....	2
1.5. Balizas Cronológicas.....	3
1.6. Estrutura do trabalho.....	3
1.7. Argumento e Problematização.....	3
1.8. Metodologia de Investigação.....	5
CAPITULO II: A CONTRATAÇÃO E INSERÇÃO DOS TRABALHADORES MOÇAMBICANOS NA RDA	6
2.1. Contexto Histórico dos Acordos entre o Governo Moçambicano e Alemão da RDA de 1979	6
2.2. Formas de contratação e de inserção dos trabalhadores moçambicanos na RDA.....	8
2.3. Inserção dos trabalhadores na RDA.....	9
2.4. Formas de remuneração dos trabalhadores moçambicanos na RDA.....	10
CAPITULO III: CONTEXTO DAS RESCISÕES DOS CONTRACTOS PARA OS EX- TRABALHADORES MOÇAMBICANOS E O PROCESSO DE REPATRIAMENTO NA RDA	12
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO PARA O REGRESSO DOS EX-TRABALHADORES DA RDA	13
CAPITULO IV: O IMPACTO DA RESCISÃO UNILATERAL DOS CONTRACTOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES EM MAPUTO	19
4.1. A vida dos ex-trabalhadores após a rescisão unilateral dos contratos.....	20
CAPITULO V: CONSIDERACOES FINAIS	27
CAPITULO VI: BIBLIOGRAFIA	28

Declaração de honra

"Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada para a obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal".

Dedicatória

Dedico este trabalho de culminação de estudos aos meus pais, minha família, amigos e principalmente a minha filha Ayana Américo Nhandza.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por guiar meus passos e me fortalecer todos os momentos que precisei. Aos meus pais Vasco Augusto Nhandza (em memória) e Ana Américo Boene, por terem participado activamente na minha educação moral, cívica e académica.

Aos meus irmãos Paulo Nhandza, Augusto Nhandza e Marta Nhandza e ao meu tio Sebastião Boene apoio incondicional e pela alegria diária.

Aos meus primos Ana Maulele, Erica Salita, Carmina Nhandza, Vino Madjaia, Helder Fanheiro e Daniel Fanheiro

Aos meus amigos Valter Nhacutane, Augusto Dinis, Carlos Madlhate, Lóide Viriato Guambi, Bernardo Vaz, Vasco Pelembe, Celeste Mahumane, Gerson Munjovo, Milton Caelitos, Suleimane Barros, Raimundo Vilankulos, Ibrahim Ismael, Osvaldo Tomás, Tomás Ribeiro, Anélio Nhare Gabriella Mahumane e Ernesto Diogo por sempre estarem ao meu lado desde o início com palavras certas, me lembrando da minha força e capacidade.

Ao coletivo de Departamento de História pelo ensinamento ministrado.

Ao Paulo Lopes José, PhD e José Mandlate, MA pela orientação prestada durante a realização do trabalho.

Aos colegas do curso, em especial ao Darson Chirindja, Américo Uamusse, Tomás Cuna, Hermelino Moçambique, Ruthe Cuco, José Massingue e outros pelo grande sentido de camaradagem demonstrado ao longo de quatro anos do curso.

E também agradaço aos ex-trabalhadores da RDA "Magermanes" e principalmente o Arnaldo Soares Mendes e Seca Cossa pela ajuda prestada para a realização do trabalho.

A todos aqueles cujos nomes não mencionei, mas que directa ou indirectamente contribuíram para que minha formação se tornasse uma realidade.

Agradeço a todos pelos momentos bons e ruins que vivemos. Fizeram-me entender que todos somos pessoas passíveis de erros e acertos.

Resumo

O presente trabalho tem como tema a **História dos ex-trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã após a rescisão unilateral dos contratos (1990-2019)**.

A transição política e a reunificação alemã em 1990, a vida dos trabalhadores aprendizes mudou imensamente. O que é conhecido na Alemanha como uma revolução pacífica não foi vivido como um tempo de paz pelos trabalhadores contratados.

Muitos trabalhadores foram enviados de volta para casa prematuramente, às vezes sem receber informações sobre como ficar ou receber benefícios de indenização. Paralelamente a esta reestruturação econômica, o aumento das manifestações de racismo tornou a vida muito difícil, pois representava uma ameaça para sua segurança. Dos 15.100 trabalhadores aprendizes moçambicanos que foram registrados em 1989, apenas 2.800 moçambicanos foram deixados na Alemanha Oriental no final de 1990.

Este foi um retorno em massa desordenado e imprevisto de trabalhadores que sobrecarregou as capacidades tanto dos Estados da Alemanha Oriental quanto de Moçambique. Há vários fatores que continuam motivando alguns madjermanes a continuar seus protestos. O maior deles é uma vida à margem da sociedade sem muitas perspectivas de melhoria. Há um sentimento de injustiça, que junto aos sucessos passados perpetua a saga bizantina pelos pagamentos de indenização. A memória das condições de vida dos trabalhadores na Alemanha Oriental se torna cada vez mais nostálgica quando posta em contraste com a vida numa favela e ganhar a vida através de empregos informais e irregulares. Contrastando as expectativas que Samora Machel delineou para seu envolvimento no desenvolvimento de Moçambique e os sonhos que os madjermanes outrora abrigaram com a invisibilidade que lhes é concedida hoje, torna visível uma promessa política não cumprida. É também inspirado pela transição pacífica na Alemanha Oriental. Alguns veem as manifestações em Maputo como parte de uma tradição política, na linha das manifestações de segunda-feira na Alemanha Oriental, da sociedade civil enfrentando o governo da FRELIMO. Tudo isso encoraja alguns madjermanes a doarem seus chapéus, camisetas e bandeiras alemãs, pegarem suas *vuvuzelas*, apitos, tambores e cartazes de protesto feitos em casa e participarem das manifestações de quarta-feira em Maputo, mais de um quarto de século após seu retorno. O olhar dos retornados sobre seu país de origem mudou após sua volta para

casa. Os ex-socialistas cosmopolitanos estão sempre comparando o desenvolvimento moçambicano pós-socialista com um quadro cada vez mais letárgico de suas vidas na Alemanha Oriental. A conferência Respeito e Reconhecimento realizou-se 40 anos após a assinatura do Tratado do Estado entre a República Democrática Alemã (RDA) e a República Popular de Moçambique (RPM) e o acordo sobre o emprego temporário de trabalhadores moçambicanos¹ na RDA de 24.02.1979 com as questões em pendentes dos contratos opacos e a injustiça sofrida. Estas incluem, entre outras coisas, os descontos salariais, as chamadas transferências obrigatórias, direitos de pensão não concedidos e benefícios sociais não pagos, bem como as promessas de educação não cumpridas aos trabalhadores moçambicanos contratados. Os contratos eram deliberadamente não transparentes. Os trabalhadores contratados não foram informados, e foram enganados sobre os salários recebidos por eles. A chamada transferência compulsória dos trabalhadores contratados serviu para o pagamento das dívidas dos empréstimos do governo da RDA para Moçambique.

Palavras-chave: marcha, salários, governo e trabalhadores.

Cronologia

24 de Fevereiro de 1979- o governo de Moçambique e da ex-RDA, assinaram no um acordo sobre o emprego temporário de trabalhadores moçambicano. Para parte de Governo moçambicano foi assinado por Macelino dos Santos na altura Ministro do plano e membro do comitê político permanente do comitê central do partido Frelimo e da Comissão.

Entre Setembro e Novembro de 1988- em voos separados, os estudantes regressaram a Moçambique, o Facto espantoso é que apesar do período (7 anos) em que estes não conviviam com os seus progenitores e demais familiares em Moçambique, do Aeroporto Internacional de Maputo, eram conduzidos diretamente para locais de cumprimento de Serviço Militar Obrigatório (SMO).

Novembro de 1989- vai ocorrer a queda do Muro de Berlim que vai dar o fim a Guerra Fria, onde moçambicanos vão perder emprego na Alemanha.

1993- Os *Magermanes* instalaram a base de operações para sua luta reivindicativa na praça 28 de Maio em Maputo.

1993/4- Volvidos cerca de 5 á 6 anos de Serviço Militar Obrigatório, altura que estudantes/militares sobreviventes da guerra, passavam a disponibilidade civil a luz do Acordo de Paz.

1999- Se estabeleceu uma aliança entre um grupo considerável de *Magermanes* do grupo de pressão, localizados na praça, e este partido.

5 de Setembro de 2003- Foi morto a tiros pela policia de Moçambique o Virgílio Amande no Jardim dos *Magermanes*.

2006- As marchas semanais eram realizadas às sextas-feiras e vão mudar para quarta-feira onde participam aproximadamente entre 100 e 250 *Magermanes*, entre homens e mulheres, embora os homens sejam sempre a maioria.

26 de Fevereiro de 2013- O governo de Moçambique liderado por Armando Guebuza estaria a negociar secretamente com a liderança dos *Madgermanes*.

23 de Janeiro de 2015- Os líderes dos antigos trabalhadores moçambicanos da extinta Alemanha do Leste, vulgo "*Madgermane*" foram noticiados a fim de prestar declarações

e detidos na 1.^a Esquadra da Policia da Republica de Moçambique em Maputo, trata-se de Zeca Cossa e Arnaldo Mendes.

24 de Fevereiro de 2019- Foi organizado a conferencia internacional "Respeito e Conhecimento" em Magdeburgo na Alemanha.

Lista de Siglas e Acrónimos

ATMA- Associação Dos Antigos Trabalhadores Moçambicanos na Alemanha.

FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique

FDGB- Sindicato Livre dos Trabalhadores Alemães

MTSC- Ministério de Trabalho e Segurança Social

OJM- Organização da Juventude Moçambicana

OTM- Organização dos Trabalhadores Moçambicanos

PRE- Programa de Reajustamento Estrutural

SMO- Serviço Militar Obrigatório

RDA- República Democrática Alemã

RFA- República Federal Alemã

RPM- República Popular de Moçambique

RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique

SOCREMO- Sociedade de Crédito de Moçambique

CAPITULO I: INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Apesar da existência de contas, de facto não aconteceram transferências reais de dinheiro, pois Moçambique optou por usar o dinheiro para saldar diretamente a sua dívida com a RDA. No regresso a Moçambique, muitos trabalhadores viram os seus pedidos de pagamento recusados pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social. Por isso, até hoje alguns *madgermanes* fazem manifestações semanais.

Os que receberam algo, viram as suas somas reduzidas pela alta inflação dos anos 80, já que o Governo de Moçambique usou a taxa de câmbio do momento da transferência e não do momento do novo pagamento, o que podia desvalorizar as somas por mais de metade. Por sua vez, o Governo alemão nega qualquer responsabilidade.

Diz que a RDA e depois a RFA cumpriram com todas as obrigações contratuais creditando os montantes a favor das contas do Estado moçambicano, como afirma Nina Lutter, responsável por Moçambique no Ministério de Cooperação: isto significa para o Governo da Alemanha que a responsabilidade do pagamento de salários e contribuições sociais era e continua a ser do Governo de Moçambique, se ainda houver reclamações a título individual.”

Lutter calcula que no total foram descontados cerca de 93 milhões de dólares americanos, segundo a taxa de câmbio usada pelos países do bloco comunista (74 milhões de salários e 19 milhões de contribuições sociais). Isto corresponde a uma média de cerca de 4.500 dólares por cada um dos cerca de 20.000 moçambicanos que chegaram a trabalhar na RDA.

Já foram considerados uma ameaça à segurança e tranquilidade públicas. Marcham todas as quartas-feiras pelas mais nobres e movimentadas avenidas da Cidade de Maputo, num exercício que dura há mais de 30 anos. Suas manifestações já foram proibidas e já tiveram confrontos com a polícia, que culminam com mortos e feridos.

Agitaram os sucessivos governos de Moçambique e chagaram a ser acusados de ter motivações políticas, e serem alvo de aproveitamento em momentos eleitorais ao revelarem, certa vez, que o seu voto iria todo para a oposição.

O propósito deste trabalho é indagar, no entanto, nos diversos sentidos que este coletivo lhe dá ao dinheiro e, também, refletir em torno de alguns elementos recorrentes na sua

prática discursiva e dinâmica de ação com a finalidade de outorgar ao leitor uma imagem, mesmo que prematura de um grupo social marginalizado que luta pelo reconhecimento de sua dignidade por parte do estado e a sociedade, e, além disso, um grupo que exige o reconhecimento de seu sacrifício em pró do desenvolvimento do país, pois essa foi sua missão ao partir para a antiga República Democrática Alemã.

No primeiro momento é necessário contextualizar a chegada, estadia e saídas dos trabalhadores moçambicanos na RDA. Neste sentido devemos inicialmente lembrar o que o Estado socialista regulava estritamente a vinda e a permanência dos estrangeiros na Alemanha do Leste, como de resto a circulação das pessoas ou trabalhadores de um modo geral.

1.2. Objectivo Geral

- ✓ Contribuir para a reescritura da história dos ex-trabalhadores Moçambicanos na antiga República Democrática Alemã após a rescisão unilateral dos contratos

1.3. Objectivos específicos

- ✓ Descrever a contratação e inserção dos trabalhadores moçambicanos na RDA
- ✓ Analisar os impactos da rescisão dos contratos para os trabalhadores moçambicanos
- ✓ Analisar o impacto da rescisão unilateral dos contratos e suas consequências para os trabalhadores em Maputo

1.4. Justificativa

A escolha do tema constitui o primeiro recrutamento de mão-de-obra moçambicana após independência para fora do continente africano, concretamente para o continente europeu e problemas socioeconómico resultantes do processo que seguiu a queda do Muro de Berlim em 9 de Novembro de 1989. A abordagem deste tema constitui uma chave importante para compreensão das transformações sociais e económicas após independência, em particular as relações com o bloco socialista do leste europeu e suas implicações no tecido social moçambicano.

O tema interessa-me por mim próprio, ser um dos filhos de trabalhador regressado da extinta Alemanha Democrática. Para além da minha motivação pessoal, pretende-se que este trabalho constitua uma singela contribuição para compreensão das relações políticas e económicas entre o governo moçambicano e os alemães.

1.5. Balizas Cronológicas

Como a baliza cronológica para a realização do trabalho será considerado o período compreendido entre os anos de 1990 e 2019.

O ano de 1990 surge como referencia porque é o ano que os ex-trabalhadores moçambicanos da RDA retornaram ao país após a rescisão dos contratos.

2019 é ano que foi organizado a conferencia ou Memorando de Magdeburgo da reunião "Respeito e Reconhecimento" dos trabalhadores Moçambicanos contratados na RDA, Madgermanes e Estudantes da Escola de Amizade no 30ºano da Revolução Pacifica.

1.6. Estrutura do trabalho

O presente estudo está estruturado em quatro capítulos principais partes. A primeira é a introdução, em que se apresenta o tema, os objectivos, a justificativa e a estrutura do trabalho. Na segunda, está a contextualização do estudo, na qual se apresenta o contexto histórico dos acordos entre o governo Moçambicano e Alemão, o problema de pesquisa e as respectivas hipóteses. Na terceira parte, apresenta-se a revisão da literatura; Na quarta parte, está a metodologia, por fim, estão as considerações finais.

1.7. Argumento e Problematização

A conferência Respeito e Reconhecimento realizou-se 40 anos após a assinatura do Tratado do Estado entre a República Democrática Alemã (RDA) e a República Popular de Moçambique (RPM) e o acordo sobre o emprego temporário de trabalhadores moçambicanos na RDA de 24.02.1979 com as questões em pendentes dos contratos opacos e a injustiça sofrida. Estas incluem, entre outras coisas, os descontos salariais, as chamadas transferências obrigatórias, direitos de pensão não concedidos e benefícios sociais não pagos, bem como as promessas de educação não cumpridas aos trabalhadores moçambicanos contratados. Os contratos eram deliberadamente não transparentes. Os trabalhadores contratados não foram informados, e foram enganados sobre os salários recebidos por eles. A chamada transferência compulsória dos trabalhadores contratados serviu para o pagamento das dívidas dos empréstimos do governo da RDA para Moçambique. Também se refletiu nesta conferência as histórias de vida, destinos e enganos dos cerca de 900 estudantes da Escola de Amizade em Staßfurt. Esta hipoteca fez com que o retorno e a integração dos moçambicanos no seu país fosse consideravelmente e persistentemente difícil. A ação do grupo despertou a

atenção de organizações da sociedade civil alemã que têm feito pressão junto de Berlim para encontrar uma solução conjunta com Maputo.

Os jovens moçambicanos que foram trabalhar naquele país socialista de leste europeu estavam no início da sua carreira profissional. Muitos deles foram pelos atractivos que a perspectiva de ir trabalhar na Europa constituía, outros procuravam melhorar a sua vida económica e outra ainda temiam o serviço militar obrigatório. A Queda do Muro de Berlim, e a conseqüente unificação alemã onde milhares de moçambicanos ficaram desempregados e viriam ser obrigados a regressar ao país sem garantia de reintegração social, porque a guerra de desestabilização tinha destruído quase todas as infra-estruturas dos projectos que haviam sido concebidos para a reintegração dos mesmos apos o término do contrato.

1.8. Metodologia de Investigação

Este capítulo é reservado à apresentação da metodologia que foi aplicada para a materialização da presente pesquisa. Marconi e Lakatos (2003) definem metodologia como os caminhos usados no processo investigação científica, ou por outra, os procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenómenos. Desta forma, a seguir são apresentados os caminhos percorridos e as técnicas usadas para a realização deste trabalho, revelando como os mesmos foram operacionalizados.

A classificação da pesquisa foi feita com base na abordagem e objectivos da mesma. Quanto ao primeiro critério, classifica-se este estudo de qualitativo. A pesquisa qualitativa é aquela que privilegia o ambiente natural de ocorrência dos fenómenos como fonte de recolha de dados, obtidos no contacto directo entre o pesquisador e o pesquisado em relação à situação pesquisada (Michel, 2005).

De acordo com Laville e Dione (1999), uma pesquisa qualitativa implica o contacto directo e sequenciado do pesquisador com o ambiente e o facto que está sendo investigado, o que exige um trabalho intensivo no local de pesquisa para vivenciar os factos e interagir com os actores inseridos em seu ambiente natural.

A pesquisa descritiva consiste na observação, análise e registo de fenómenos e factos que têm uma relação com outros factos da mesma natureza e característica (Gil, 2008). Na pesquisa descritiva, faz-se a descrição através de registo de factos durante as observações feitas no campo de estudo, permitindo a consistência dos dados no momento da sua análise e interpretação (Lakatos & Marconi, 2003).

Constituíram fontes básicas para celebração deste trabalho a análise de literatura secundária, fontes orais, documentos primários e artigos publicados em jornais periódicos.

A outra limitação foi a impossibilidade de não ter acesso ao arquivo do Centro de Documentação do Ministério do Trabalho e Segurança Social, talvez por não querer tornar público certos documentos tidos como secretos.

CAPITULO II: A CONTRATAÇÃO E INSERÇÃO DOS TRABALHADORES MOÇAMBICANOS NA RDA

Este capítulo debruça-se sobre os processos de contratação dos trabalhadores moçambicanos incidindo, a análise, para os processos de inserção e formas de remuneração na RDA.

Para explorar estes conteúdos, tonou-se necessário demonstrar o contexto histórico no qual se inserem as relações económicas entre a RDA e a República Popular de Moçambique.

2.1. Contexto Histórico dos Acordos entre o Governo Moçambicano e Alemão da RDA de 1979

As relações entre a República Popular de Moçambique e a RDA remontam o período da Luta Armada de Libertação Nacional (Oppenheimer, 2004: 1).

Entretanto, no contexto mais amplo, o fim da Segunda Guerra Mundial (nos meados dos anos de 1940), condicionou o nascimento de duas grandes Ideologias baseadas nos modelos de produção socialista liderada pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e baseada no sistema capitalista liderada pelos EUA (Estados Unidos da América) (Brito, 2019).

Este clima dos finais dos anos 1940 levou ao nascimento da bipolarização do Mundo e consequente guerra ideológica pela demonstração de poderes entre a URSS e os EUA. Por um lado, veio a aumentar a pressão deste conflito ideológico, para continente africano, em parte, ou seja, o continente veio a ser palco deste conflito ideológico, devido ao momento do nascimento dos processos de descolonização frutos tanto da participação dos africanos na Segunda Guerra Mundial assim como das inspirações trazidas pelas independências asiáticas (Friedman, 2012).

No palco africano, a URSS e os EUA começaram uma demonstração de poder, onde cada bloco foi fornecendo ajuda diversificada para os países que se encontravam nos processos de independência. Neste contexto, Moçambique recebeu o apoio da URSS e a FRELIMO adoptou a ideologia marxista-leninista para a sua descolonização. (Brito, 2019).

Ao nível externo, resultante da necessidade da desnazificação da Alemanha e do avanço da Guerra Fria, a década de 1960 simbolizou a construção do muro de Berlim dividindo

a Alemanha em duas partes: República Democrática Alemã (RDA) liderada pela URSS e a República Federal Alemanha (RFA) liderada pelos EUA.

A República Popular de Moçambique, ainda ao longo da Luta Armada, foi recebendo a ajuda económica e militar da RDA, no quadro das relações socialistas no período da bipolarização do Mundo. Isto, lentamente, empurrou o País a uma dívida pública que deveria ser sanada pelo novo Governo. Entretanto, a dívida cresceria no momento posterior ao da Luta Armada.

Quando o País ficou independente, nos anos 1970, precisou formar o novo Governo, definir estratégias de reconstrução e desenvolvimento e, como não havia abandonado a ideologia Marxista depois da independência, a ex-RDA tornou-se principal parceiro de Moçambique em vários sectores de desenvolvimento (Oppenheimer, 2004: 1).

Neste contexto, o País gozava de um estatuto de Estado prioritário, por parte da ex-RDA, no meio dos países do Terceiro Mundo, ou em vias de desenvolvimento, entretanto, ao longo do tempo, Moçambique acumulou uma enorme dívida pública para com a ex-RDA. Tanto as autoridades da ex-RDA assim como as da antiga República Popular de Moçambique, estavam preocupados em encontrar mecanismos para liquidar a dívida (Schenck, s.d.).

Diferentemente do que acontecia na época colonial, formalmente a partir de 1897, quando o trabalho migratório entre Moçambique e o Governo de Transvaal foi legalizado, e neste quadro, o regime colonial Português enviava moçambicanos as minas sul-africanas para ganhar receitas e tirar proveito desta nova dinâmica laboral, a migração para RDA surgiu no quadro de busca por soluções a dívida pública que o País acumulou ao longo do tempo e teoricamente os trabalhadores foram enviados como uma espécie de mão-de-obra barata para satisfazer os interesses do Governo da República (Lucas, 2002).

Foi neste contexto que a 24 de fevereiro de 1979 os Governos de Moçambique e da República Democrática Alemã celebraram um acordo de fornecimento de trabalhadores, por um tempo limitado, inicialmente de até 1985, para a Alemanha do Leste para reduzir a dívida externa de Moçambique (Oppenheimer, 2004).

2.2. Formas de contratação e de inserção dos trabalhadores moçambicanos na RDA

Esta sessão descreve as formas de recrutamento, treinamento, enquadramento ou inserção dos trabalhadores moçambicanos na RDA.

O subcapítulo está estruturado da seguinte forma: fases do recrutamento dos trabalhadores, treinamento e inserção dos mesmos na RDA.

No geral, foram duas as fases de recrutamento em Moçambique no contexto do Acordo Unilateral de 1979.

Cada uma destas fases durava aproximadamente 7 a 5 anos, sendo que a primeira foi a mais longa em termos do período e a segunda foi a que se caracterizou pelo auge do recrutamento. Contudo, há que salientar que já havia sinais de uma terceira fase a partir dos finais dos anos 1989 (Langa, 2002).

Estes trabalhadores eram recrutados, literalmente, para reduzir a dívida externa da República Popular de Moçambique com a RDA no período socialista e no quadro da ajuda da URSS para o desenvolvimento do País.

2.2.1. Fases do Recrutamento

Primeira Fase, 1979-1985

Nesta fase, inicial, foram recrutados em Moçambique cerca de 7.588 jovens distribuídos em cerca de 10 sectores, sendo que a maioria destes foram absorvidos pelo sector da indústria ligeira (cerca de mais de 3 mil) e pela indústria pesada, cerca de 1.683 (Langa, 2002: 18).

Os trabalhadores foram recrutados em todo o País, assim como em Cuba e Polónia, sendo que em Moçambique, caso específico, eram recrutáveis apenas jovens de 18 a 25 anos de idade com um grau de escolaridade de até quarta classe (Cabaço, 2004).

O recrutamento era dinamizado pelas organizações de massa tais como a OJM- Organização da Juventude Moçambicana e a OTM- Organização dos Trabalhadores Moçambicanos central sindical e o Governo representado pelos Ministérios de Trabalho e de Saúde. Estes ministérios mandavam agentes fiscais responsáveis pelo controlo do cumprimento do Acordo e agentes de inspeção médica. (Lucas, 2002).

Depois de seleção, os jovens eram levados para os centros provinciais, ou centros de formação de quadros onde se fazia a pré-seleção e pre-inspecção. Este processo era conduzido pelos agentes do Governo moçambicano e, após a seleção inicial, os jovens apurados eram levados a capital, Maputo, onde as Mulheres iam para o lar da Machava e os Homens na pousada dos Caminhos de Ferro de Mocambique. (Cabaco, 2004 e Lucas, 2002).

Nestes locais, dava-se a continuidade do processo de seleção, sendo que esta era a fase final. Os agentes moçambicanos eram substituídos pelos agentes da RDA que dentre outras missões, faziam a inspeção médica mais detalhada, a orientação ou inserção dos trabalhadores na vida e na cultura alemã da RDA através da divulgação de filmes (Howell, 1994).

Findo o processo de avaliação e seleção, era já chegada a época do envio dos trabalhadores, os custos eram repartidos entre o Governo Popular, que custeava a estadia e circulação na RDA e a RDA custeava a passagem. (Oppenhiemer, 2004).

2.2.2. Segunda fase, 1985-1989

A fase foi marcada pelo auge de recrutamento, na qual cerca de 14.694 jovens foram recrutados. Este apogeu foi atingido graças a múltiplos factores, a se somar a retirada dos trabalhadores cubanos e polacos em 1986 na RDA, o avanço da Guerra Civil em Moçambique se precipitou a destruição do tecido social e económico do País, a interrupção do trabalho migratório para a África do Sul no contexto das sanções impostas ao regime do Apartheid e da implementação das reformas estruturais expressas no PRE (Programa de Reajustamento Estrutural) de 1987 (Lucas, 2002).

2.3. Inserção dos trabalhadores na RDA

Chegados a RDA, os jovens recrutados em Moçambique foram alojados em estabelecimentos comuns com um equipamento que correspondia ao nível do lar dos trabalhadores da RDA e a renda mensal do alojamento a ser paga era conforme as normas vigentes para os cidadãos da RDA e não era superior a 30 marcos (Howell, 1994).

Nos lares, viviam cerca de 30 a mais trabalhadores e em cada quarto somente um número não superior a 4 podia se alojar e tinham um espaço comum.

Antes da inserção aos sectores do trabalho, os jovens recebiam uma formação profissional (politécnica) durante seis meses onde aprendiam a língua e um curso profissional ligado as suas áreas de trabalho (Lucas, 2002).

Depois da formação, os trabalhadores eram inseridos em seus sectores, sendo que foram mais de 10 sectores nos quais actuaram, a saber: indústrias química, pesada e ligeira agricultura, construção civil, geologia e minas, transporte, eletrotécnica, interprete e outros (Howell, 1994).

Os casos de abuso, racismo e maus tratos eram bastantes. Sendo, nestes termos e, a crer nos relatos oficiais, o Governo de RDA intervinha em certos casos. (Oppenheimer, 2004).

2.4. Formas de remuneração dos trabalhadores moçambicanos na RDA

Como já referi, o próprio envio dos trabalhadores moçambicanos para a RDA só pode ser entendido na óptica do «serviço da dívida» moçambicana em relação a esta República. Assim, o Acordo de 1979 entre os dois Governos previa, no seu Artigo 6º (1), que os trabalhadores «podem transferir até 25% do salário mensal líquido a partir do quarto mês de emprego na República Democrática Alemã para a República Popular de Moçambique» (Oppenheimer, 2004).

Entretanto, a partir de Janeiro de 1986 esta percentagem foi aumentada para 60%, mas voltou a baixar para 40% a partir de Agosto de 1989. Para além disso a RDA «transferia “também 50% das cotizações dos trabalhadores para a segurança social (doença, invalidez e reforma) para Moçambique, de modo que estes trabalhadores adquiriam direitos em relação ao estado moçambicano nesta matéria (Lucas, 2002).

Em 1988/89, por exemplo, cada trabalhador moçambicano «transferia» mensalmente, em média 300 Marcos do seu salário e 75 Marcos a título de segurança social (Oppenheimer, 2004).

Assim, o limite máximo dos 25% do salário líquido de 1979 passou, em 1986, para 60% voltando em 1989 para 40%, e a suposta voluntariedade foi desde muito cedo interpretada como obrigatório (Lucas, 2002).

«Nos anos 80 as empresas passaram a reter o salário líquido até ao limite máximo de transferência... Assim, [os trabalhadores] deixaram de poder influenciar pessoalmente o

volume efectivo da transferência, isto é, a utilização dos seus rendimentos líquidos» (Hanischi, 1980).

Um documento oficial da RDA (preparado para a sessão do *Politbüro* que, em junho de 1988, definia a posição da RDA face à gestão da dívida externa de Moçambique) afirma implicitamente que o estabelecimento da obrigatoriedade das transferências salariais com vista à redução da dívida de Moçambique tinha sido da iniciativa do governo deste último país. Esta posição inverteu-se por ocasião das negociações de reescalonamento da dívida que tiveram lugar nesse ano (Laville e Dionne, 1999; Oppenheimer, 2004).

Nessa altura, a RDA, já à beira do colapso económico e financeiro, insistia não só nas «transferências», como aumentava também drasticamente o número de trabalhadores moçambicanos a empregar na sua economia. A meta, já muito alta, da vinda de 4 500 novos trabalhadores em 1988, foi ainda aumentada para 7 500, para atingir um número global de 18 000 trabalhadores (Mosambik, 2011).

O objectivo era reduzir a dívida de Moçambique de 367,2 milhões de U\$D, em 1987, para 66,4 milhões de U\$D em 1995. Mas agora era Moçambique que se opunha ao esquema das «transferências» salariais para pagar a dívida, por razões «financeiras e morais (Oppenheimer, 2004).

As condições eram outras: Moçambique, em pleno PRE (Programa de Reabilitação Económica) já inserido no sistema ocidental da gestão da dívida externa, tinha conseguido, no Clube de Paris, um reescalonamento da sua dívida em condições muito mais vantajosas do que as subjacentes ao esquema já tradicional de «trabalhadores contra dívida» e já não estava disposto a aceitar as condições desse esquema. Este diferendo ainda não tinha sido resolvido quando a RDA deixou de existir (Oppenheimer, 2004).

CAPITULO III: CONTEXTO DAS RESCISÕES DOS CONTRACTOS PARA OS EX-TRABALHADORES MOÇAMBICANOS E O PROCESSO DE REPATRIAMENTO NA RDA

As relações entre a antiga República Popular de Moçambique e a ex-RDA (na altura, tutelada pela ex-URSS), remontam ao período da Luta Armada de Libertação Nacional e, depois da independência, a ex-RDA tornou-se principal parceiro de Moçambique em vários sectores de desenvolvimento (Oppenheimer, 2004: 1).

Neste contexto, o País gozava de um estatuto de Estado prioritário, por parte da ex-RDA, no meio dos países do Terceiro Mundo, ou em vias de desenvolvimento, entretanto, ao longo do tempo, Moçambique acumulou uma enorme dívida pública para com a ex-RDA. Tanto as autoridades da ex-RDA assim como as da antiga República Popular de Moçambique, estavam preocupados em encontrar mecanismos para liquidar a dívida (Schenck, s.d.).

Foi neste contexto que a 24 de fevereiro de 1979 os Governos de Moçambique e da República Democrática Alemã celebraram um acordo de fornecimento de trabalhadores, por um tempo limitado, inicialmente de até 1985, para a Alemanha do Leste para reduzir a dívida externa de Moçambique (Oppenheimer, 2004).

Literalmente, estes trabalhadores foram enviados como uma mão-de-obra barata ao serviço dos interesses bilaterais entre os dois países, porém, o grande impacto disto verificou-se em finais da década de 1980 e início dos anos 90. As mudanças internacionais dos finais dos anos 80, decorrentes da queda Muro de Berlim, dissolução da união Soviética e consequente unificação da Alemanha em 1990 determinam as mudanças das relações internacionais entre a antiga República Democrática Alemã e a antiga República Popular de Moçambique. (Lucas, 2002).

Em 1990, após a votação da unificação a 18 de Março, foi rompido o acordo de 1979 em termos do fornecimento dos trabalhadores moçambicanos a antiga RDA e estas mudanças, levaram, de facto, a fuga de massas da ex-RDA a outros locais em busca de auxílio, concretamente na embaixada da República Federal Alemã situada em Praga. (Lucas, 2002).

A rescisão dos contratos entre Moçambique e Alemanha levaram ao regresso massivo dos moçambicanos, cerca de 16 000 cidadãos foram repatriados (Oppenheimer, 2004).

Entretanto, a denúncia do acordo unilateral e a consequente rescisão dos contratos foi movido pela crescente onda de desemprego que afecta a ex-RDA devido ao encerramento de números significativos de indústrias aquando da queda do Muro de Berlim (Cabaço, 2004).

3.1 Formas de organização para o regresso dos ex-trabalhadores Moçambicanos na RDA

Com a rescisão unilateral dos contractos em 1989 devido ao colapso da União Soviética os trabalhadores emigrados na ex-RDA encontravam-se no período de caos que os obrigava a encontrar novos meios de sobrevivência.

Por essa razão, todos os trabalhadores estrangeiros, quer moçambicanos, cubanos, angolanos, vietnamitas, polacos e outros, foram dados duas opções: Primeiro: eles podiam regressar aos seus países imediatamente recebendo 70% adiantado do seu salário, acomodação garantida, bilhete de passagem paga pela empresa e 3000 Marcos pagos pelo governo alemão para ajudar na preparação da viagem. Segundo, eles podiam escolher permanecer na Alemanha até ao fim dos contactos actuais ou numa base individual, mas perderiam qualquer compensação sujeita a primeira proposta. (Lucas, 2002).

Diante disto, e devido às duras mudanças internas naquele País, muitos moçambicanos decidiram escolher a primeira opção e em 1990 muitos moçambicanos regressaram (Cabaço, 2004; Lucas, 2002).

"Quando estávamos na RDA, tivemos várias formas de organização para regressar ao país, primeiro era registado todos os nomes e nacionalidade dos trabalhadores porque não era só moçambicanos que trabalhavam na RDA, os pertences eram levados por via marítima e nós como trabalhadores regressamos por via aérea ao país com esperança de receber o que é do nosso direito" (Entrevista com Cisinio Francisco, Maputo, 24 de julho de 2024).

Como se refere Lucas (2002), somente cerca de 1250 moçambicanos aguardam o seu regresso em 1991.

Estes dados são confirmados pelos ex-trabalhadores, vulgos Madjermane, ao longo das nossas entrevistas.

"Quanto recebemos a notícia que tinhas que regressar, os nossos bens adquiridos como electrodomésticos, vestuário tínhamos que levar para Moçambique, os trabalhadores registavam os seus bens e deixavam nos contentores para ser transportado por via marítima até Moçambique, quando regressamos tínhamos os melhores e sofisticado electrodomésticos naquela época. No nosso país não foi fácil encontrar emprego em qualquer entidade tanto na pública como na privada por sermos magermanes ou antigos trabalhadores da RDA. Toda a quantia que o governo alemão enviou ficou com o estado até os dias atuais" (Entrevista com Manuel Inácio Mocha, Maputo, 24 de Julho de 2024).

O regresso massivo destes trabalhadores, criou, logo no início, várias preocupações ao governo moçambicano em relação às pensões uma vez que o País enfrentava uma guerra interna e vivia um período de reajustamento estrutural (Madeira, 2021).

Entretanto, o primeiro impacto destas mudanças para o Governo, foi a perda de uma valiosa fonte de rendimento assim como para os próprios trabalhadores (Lucas, 2002).

Os regressados tinham muitas dúvidas em relação do tipo de vida que enfrentariam em Moçambique, tais como onde viver e trabalhar e um tempo depois começaram a enfrentar o racismo e marginalização. (Oppenheimer, 2004).

O governo, por sua vez, começou logo cedo manter-se atento e coordenar uma ajuda a eles montando um centro dos regressados em Machava, mas estes vieram sempre a reclamar não receber transferências e quando receberem, os valores não refletiam as necessidades e desafios enfrentados, ou seja, recebiam fundos insuficientes (Lucas, 2002).

Estas situações levaram a uma enorme onda de manifestações que ao longo do tempo foram evoluindo para marchas (Agamben, 2002).

Um das nossas fontes entrevistadas em Maputo refere, na primeira pessoa o seguinte: " Eu trabalhei com alguns Angolanos na RDA, no país deles ao regressarem receberam valores de seguro social e lhes foram dados reformas até a morte, enquanto aqui em Moçambique o governo foi bastante diferente e doloroso" (Hermínio Matavele)¹

¹ Entrevisto em Maputo aos 24 de julho de 2024

O facto é que desde o seu regresso, os ex-trabalhadores na RDA apresentaram insistentemente as suas reivindicações às autoridades moçambicanas, individualmente ou através das suas próprias organizações (AMAL, ADECOMA, MONARDA, Fórum dos Regressados) e por vários meios, incluindo manifestações de rua, em particular em frente do Ministério do Trabalho e da Assembleia da República. Tais reivindicações têm essencialmente a ver com (Oppenhiemer, 2004):

- as taxas de câmbio aplicados às suas remessas, - a assistência médica em Moçambique dos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho na ex-RDA,
- o pagamento dos 70% dos últimos três salários e de 3 000 DM aos trabalhadores despedidos antes do termo do contrato,
- o reembolso da cotização para a Segurança Social transferida (Oppenhiemer, 2004).

No que diz respeito às taxas de câmbio, os regressados saíram prejudicados pelo esquema de pagamento deferido dos seus salários, uma vez que recebiam as suas remessas depois do seu regresso à taxa de câmbio US\$/MZN histórica, isto é, da altura do depósito (Rücker & Tump 1991: 33; Mulder 1991: 7).

Sendo assim, e dada a inflação galopante no país na segunda metade dos anos 1980, os trabalhadores regressados sofriam perdas reais muito substanciais no que diz respeito ao poder de compra das suas poupanças salariais. Aplicando o índice de preços dos bens de consumo, por exemplo às poupanças salariais feitas em 1986 e levantadas em 1989, estas só valiam um sexto do seu valor inicial em termos reais. Se, pelo contrário, as poupanças salariais de 1986 tivessem sido pagas aos regressados em 1989 à taxa de câmbio oficial US\$/MZN desse ano, os trabalhadores teriam obtido um ganho real, uma vez que a desvalorização cambial do Metical era superior à inflação interna, isto é, o índice de preços sofreu uma multiplicação por seis face a uma desvalorização do Metical com um factor de índice de 18,5 (Howell, 1994).

Neste caso, os trabalhadores teriam multiplicado por três o valor real das suas poupanças em vez de o ver dividido por seis, como aconteceu na realidade. Uma vez contabilizadas as poupanças em Meticais com o valor na altura das transferências iniciais, o seu poder de compra real só podia ter sido mantido com a aplicação, pelo Ministério do Trabalho, de uma taxa de juro pelo menos igual à taxa de inflação interna, entre a transferência das importâncias e o seu levantamento (Oppenhiemer, 2004).

No entanto, isso não aconteceu por várias razões, que se podem eventualmente assumir como financeiramente fundamentadas no contexto da guerra e do PRE em curso tais como a restrição orçamental e o receio de alimentar ainda mais a inflação (Lucas, 2002).

Os regressados queixam-se também das altas retenções operadas pelo Ministério do Trabalho de Moçambique para custear a estadia nos centros de alojamento na Machava, assim como dos direitos de alfândega para a importação dos contentores e dos elevados fretes de transporte dos mesmos até às províncias (Oppenhiemer, 2004).

No fundo este processo foi de tal maneira opaco, traumatizante e prejudicial para os regressados frequentemente o dinheiro já nem chega para o voo de regresso para a província de origem que acabou por provocar um grande sentimento de injustiça nos regressados abrindo as portas para todo o tipo de interpretações, reivindicações e ilusões (Rücker & Tump 1991: 33).

No que diz respeito ao outro ponto que preocupa a grande maioria dos regressados, isto é, a recuperação das cotizações para a segurança social, é preciso lembrar que na altura em que os trabalhadores descontavam para este sistema de protecção social não havia um esquema deste tipo em Moçambique, aplicando-se a sua posterior introdução somente a alguns assalariados do sector formal. Por conseguinte, não nos pode surpreender que os regressados insistam na recuperação das importâncias transferidas, uma vez que, na maioria dos casos, estes descontos salariais não permitiram - ao contrário do que foi inicialmente previsto - o acesso presente ou futuro, a prestações de segurança social em Moçambique (Mulder, 1991).

O Governo de Moçambique, e numa certa medida também o da República Federal da Alemanha, que defendia sempre que a Alemanha (a RDA e posteriormente a RFA) tinha satisfeito os direitos dos regressados no que lhe dizia respeito³⁹, respondiam a estas reivindicações com medidas de apoio à reintegração sócio-económica por via de projectos de criação de emprego e rendimento (microcrédito, formação, etc.). Ainda em novembro de 2000, e depois de meses de negociações, o Governo moçambicano e os regressados da ex-RDA pareciam ter chegado a uma solução baseada num compromisso de reintegração por parte do Governo (Ruckert e Tump, 1991).

Deste modo está fora de hipótese a distribuição de dinheiro por aqueles ex-emigrantes. No entanto, em finais de agosto de 2001, e depois de novas negociações com os regressados, o Governo comprometeu-se, pela primeira vez, a encontrar soluções para

aqueles trabalhadores que não receberam a indemnização de 3 000 Marcos e de 70 % dos últimos três meses a que tinham direito (Ruckert e Tump, 1991).

Todavia, em 14 de novembro de 2001, numa sessão de respostas do Governo aos deputados da Assembleia da República, a Vice-Ministra do Trabalho, Adelaide Amurane, voltou a afirmar que os regressados não tinham direito a qualquer indemnização⁴². Nos primeiros dias de dezembro de 2001, a Polícia de Intervenção Rápida (PIR) dissolveu violentamente uma manifestação de regressados frente à Assembleia da República ferindo alguns deles terem visto de entrada ou de circulação, não puderam permanecer no aeroporto de Joanesburgo, mas sim mandados para o Quénia e daí para Londres de onde voltaram para Maputo. (Revista Tempo 14 de Out. de 1990: 25; HOWELL 1994: 322).

Logo a seguir, em 6 de dezembro, no seu discurso sobre o Estado da Nação dirigido à Assembleia da República, o presidente da República, Joaquim Chissano, chamou a atenção para as reivindicações dos regressados apelando para um tratamento da questão com a necessária serenidade em conformidade com a lei para alcançar um desfecho justo. (Mosambik, 2011).

Mas esta serenidade faltou na ocasião das celebrações do Io de maio de 2002 quando o Presidente da República foi vaiado e insultado pelos regressados com expressões como ladrão, malabarista, mentiroso levando-o a abandonar o local sem ter lido o discurso oficial. E isto aconteceu apesar do anúncio, no mês anterior, da disponibilidade do Governo para desembolsar 7,5 milhões de U\$D a título de segurança social aos 11 253 regressados inscritos, em três *tranches*: 1,5 milhões em 2002, e 3 milhões em 2003 e em 2004 (Oppenheimer, 2004).

Efectivamente, os primeiros pagamentos foram efectuados em agosto de 2002, apesar da recusa do Fórum dos Regressados em aceitar estes pagamentos considerados insuficientes. Entre 15 de Agosto e 31 de dezembro de 2002 o Governo entregou 7 750 cheques num total de 8 918 emitidos. 2 334 ainda não tinham sido emitidos porque os interessados não tinham fornecido os elementos necessários para fundamentar o desembolso (Howell, 1994).

Com estes pagamentos o Governo tinha-se antecipado às investigações decorrentes de uma petição dirigida, em dezembro de 2001 pelos regressados, à comissão respectiva da Assembleia da República. Na sequência desta petição a Comissão de Petições dirigiu,

em 16 de setembro de 2002, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros uma lista exaustiva de perguntas e pedidos de esclarecimento à embaixada alemã⁴⁹. A embaixada alemã entregou, pela via diplomática, as suas Respostas ao questionário da comissão de petições do Parlamento moçambicano, documento já citado, em 23 de dezembro de 2002 (Howell, 1994).

Até esta data, e durante anos, a Alemanha não se tinha mostrado interessada ou capaz de esclarecer os regressados sobre os montantes exactos das transferências, efectuados a título de remessas de salários e de segurança social, remetendo sempre as organizações representativas dos regressados para as autoridades moçambicanas⁵⁰. Ainda em agosto de 2002, numa resposta a um pedido de esclarecimento sobre este assunto, dirigido por uma ONG alemã ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da RFA, podia-se ler que a Deutsche Aussenhandelsbank AG deixou de existir, não sendo possível disponibilizar estes dados (Lucas, 2002).

Nesta ocasião a Assembleia da República recomendou explicitamente que o valor de 135 780 USD depositados na conta do Banco de Moçambique, seja também pago aos verdadeiros destinatários (Ruckert e Tump, 1991).

Note-se, no entanto, que a Resolução da AR não fez referência explícita nas suas recomendações preconizadas à discrepância entre os 18,6 milhões de USD remetidos segundo a fonte alemã, ao Governo de Moçambique a título de segurança social entre 1982 e 1990 e os 7,5 milhões de USD oferecidos por este último aos regressados em 2002. Todavia, a AR achou por bem remeter para a Procuradoria-Geral da República a informação recolhida pela Comissão de Petições⁵⁴, para eventual procedimento criminal (Oppenheimer, 2004).

CAPITULO IV: O IMPACTO DA RESCISÃO UNILATERAL DOS CONTRACTOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES EM MAPUTO

Em Fevereiro de 1979, a República Democrática Alemã e a República Popular de Moçambique firmaram um tratado de estado que, entre outras coisas, regulava o emprego de trabalhadores moçambicanos na RDA num contexto Histórico onde Moçambique recém-independente enfrentava desafios econômicos e sociais (Oppenheimer, 2003).

A RDA, por sua vez, buscava aliviar a escassez de mão-de-obra e fortalecer laços com países socialistas cujo objetivo era reduzir a dívida externa moçambicana e impulsionar o desenvolvimento (Cabaço, 2004).

O acordo de 1979 influenciou a vida de mais de 20.000 trabalhadores contratados moçambicanos, entretanto estes trabalhadores enfrentaram vários desafios diários. Denominados Madgermanes, estes, dedicavam-se a trabalhos árduos em diversos setores, principalmente na indústria. Enfrentavam longas jornadas de trabalho, condições precárias e segregação social e recebiam apenas uma parte do salário, com a promessa de que o restante seria pago após o retorno a Moçambique (Lucas, 2002).

Apesar das dificuldades, muitos relatam experiências positivas, como acesso à educação, saúde e moradia. No entanto, também sofreram discriminação racial e cultural, linguística e social (Lucas, 2002).

Entretanto, os finais dos anos 80 e início dos anos 90 do século passado mostraram-se desafiantes para estes trabalhadores. A Guerra Fria, o principal motor que tinha proporcionado esta oportunidade chegou ao fim em 1989 com a queda do Muro de Berlim que separava a Alemanha em duas partes: Alemanha Democrática e Alemanha Federal (Agamben, 2002).

Com a dissolução do muro de Berlim, a Alemanha foi reunificada em 1990 levando a rescisão dos contratos com os trabalhadores moçambicanos na ex-república Democrática Alemã. O retorno destes trabalhadores ao País trouxe uma série de repercussões ao Governo Moçambicano cujas alegações mereceram e ainda merecem a atenção das organizações internacionais, como o caso da Associação dos Trabalhadores Moçambicanos na Ex-República Democrática Alemã (AMEXTRDA) (Lucas 2002 e Oppenheimer, 2004).

As reclamações levadas a cabo por estes trabalhadores fazem ênfase aos seus serviços que mal foram reconhecidas, os fundos prometidos foram retidos por agências governamentais. Importantes questões éticas, políticas e jurídicas ainda não foram esclarecidas. Desde décadas os regressados, em Moçambique chamados “Madjermanes”, lutam pelos seus direitos (Lucas, 2002).

Quarenta anos depois, em Fevereiro de 2019, realizou-se em Magdeburgo uma conferência internacional sobre este tema sob o título Respeito e Reconhecimento. Os participantes aprovaram o “Referendo de Magdeburg” com a reivindicação de uma solução para as questões abertas (Conferencia Internacional, 2019).

Entretanto este trabalho chama a atenção para análise e compressão da legitimidade persistência das reclamações destes trabalhadores depois de mais de 40 anos do regresso.

É de facto relevante questionar se as reclamações são ainda pertinentes ou não. Tornando-se necessário avaliar as pessoas que reclamam em nome dos Madjermanes. Não pretendo aqui concluir que haja presença do oportunismo ou a sua ausência neste cenário, porém é relevante entender como foram negociados os processos com o tempo e que erros se verificaram a realização, por força, da Conferência Respeito e reconhecimento. Por isso que antes de abordar a questão central da conferência, este capítulo olhará os aspectos de políticas definidas para as remunerações.

4.1. A vida dos ex-trabalhadores após a rescisão unilateral dos contratos

Decorrente da queda da União Soviética e conseqüente queda do Muro de Berlim em 1989, a Alemanha foi reunificada em 1990 dando fim a RDA e RFA e a CAME. Com isto, muitos mercados dos produtos manufacturados na antiga RDA fecharam provocando a rescisão unilateral dos contratos de trabalhadores não apenas moçambicano. A rescisão unilateral levou ao regresso massivo dos antigos trabalhadores para os seus países de origem e, em particular, os moçambicanos de uma forma desordenada sem nenhuma garantia de reintegração social e económica (Lucas, 2002).

Diante da nova conjuntura global e da falta da reintegração total destes antigos trabalhadores em Moçambique, foram fundados vários movimentos associativos para

exigir aquilo que, na lógica destes, são os seus direitos: a reintegração social e económica; a indemnização pela rescisão unilateral dos contratos e reembolso de cerca de 60% do dinheiro que estes transferiam ao antigo Banco Popular de Desenvolvimento como forma de pagamento diferido obrigatório, tal como se passou a verificar no sistema migratório para África do Sul a partir de 1928 (Entrevista com Hobjane, Maputo, 04 de 07 de 2024).

Algumas destas associações são descritas no trabalho de Lucas (2002) tais como: a Associação Moçambicana dos Amigos da Alemanha e a Associação Nacional dos trabalhadores da ex-RDA.

Entretanto estas associações devido as suspeitas internas não tiveram sucesso e os antigos trabalhadores usaram outro Fórum para reclamar seus direitos.

Encontros foram levados com vista a negociar a resolução das reivindicações dos trabalhadores em 1993, entretanto o Fórum alega que nem todos os trabalhadores receberam o valor transferido facultativamente no período entre 1979 a 1985, numa época em que estes transferiam 60% do seu salário ao BPM com a promessa de que receberiam no regresso. Não tendo recebidos, estes reivindicaram a necessidade de o governo ter a obrigação de se responsabilizar por estas irregularidades (Oppenhiemer, 2004).

"Tínhamos a expectativa que o nosso problema fosse reconhecido na Alemanha e que o Governo na Alemanha assumisse parte da responsabilidade. Qualquer iniciativa nesse sentido é bem-vinda", disse Mendes.

A luta dos madgermanes não vai esmorecer, garante: "Nós percebemos que fomos vítimas de um grande engano. Fomos enganados pelos governos. Eles têm que assumir responsabilidades e chegar a uma solução que satisfaça todas as partes" (Entrevista com Arnaldo Mendes, Maputo aos 17 de 07 de 2024).

O Fórum alegada ainda que os antigos trabalhadores reclamavam a necessidade de se rever o câmbio do dia em que receberam os seus salários e não da data em que as transferências deram entrada no País, conforme o procedimento adoptado (Lucas, 2004).

"Durante o nosso regresso cada um de nós moçambicanos da RDA viemos com esperança de receber o nosso ordenado que transferimos do banco alemão para

o antigo BPD- actual Banco Austral. Com o sistema politico viciado do governo de Chissano usurpou dos nossos rendimentos que cada um produzido durante a estadia na ex-RDA. Foram feitas promessas no sentido de um dia termos aquilo que julgamos. Nós e o nosso direito. Mesmo assim não foi possível porque o governo de Chissano usou tudo que tínhamos para despesas ma mesmo assim continuámos a fazer as manifestações todas as quartas-feiras mas ate hoje não temos um resultado que nos garante que um dia teremos aquilo que e nosso direito" (Entrevista com Carlos Hobjane, Maputo, 06 de 07 de 2024).

De uma forma detalhada, os antigos trabalhadores reivindicavam e reivindicam o seguinte:

1. O pagamento dos valores descontados para o seguro social
2. Revisão da taxa de câmbio utilizado no pagamento das transferências obrigatórias
3. Pagamento da indemnização pela rescisão unilateral dos contratos e
4. Pagamento de compensação de 70% do salário

Em relação a exigência de pagamento do dinheiro descontado para o seguro social, o Governo, através do Ministério do trabalho, afirmou que eram descontados 65 marcos por mês por cada trabalhador para seguro e 32,5 marcos eram canalizados para Moçambique no pressuposto de que uma vez regressados ao País continuariam a trabalhar e a descontar para um esquema de previdência social até a reforma (Cabaco, 2004).

Contudo devido a crise económica agravada pela Guerra Civil, a capacidade orçamental do Estado não conseguiu custear as despesas das operações do envio de mais jovens a RDA e usou deste orçamento para custear estes gastos.

Entretanto, em 2002, o governo reconheceu a existência de cerca de 7.5 milhões de dólares américos. Este valor foi reembolsado aos antigos trabalhadores em duas épocas, até 2004 e o critério visava pagar em função do tempo de permanência do trabalhador na RDA (Lucas, 2002).

Embora estes reembolsos tenham sido feitos, os trabalhadores antigos continuaram a reclamar devido aos critérios de reembolso determinados.

Para além das reclamações dirigidas ao Governo, os antigos trabalhadores acusam-se de desvio de fundos atribuídos ao representante do Fórum conforme descreveu Carlos na sua entrevista

"Mawai foi o representante do Fórum da Alemanha em Moçambique e usou do cargo de chefia para tirar o maior proveito do grupo para o seu benefício, tendo alguns aliados que estavam do seu lado do grande traidor, houve muitas delinquências da parte do grupo que se sentiu traído, os magermanes fizeram algumas diligências para pegar o presumível traidor, mas ele estava foragido por um tempo. Quando o Mawai depois de receber os valores dos antigos trabalhadores na Alemanha ele andava com segurança e inclusive na sua residência, tempos passaram e ele veio a ter uma queda que lhe deixou sem nenhum tostão e nem bens adquiridos. Hoje é um homem frustrado reconhecível que passa o dia a mendigando nas casas que fabricam bebidas caseiras no bairro de Maxaquene B nas proximidades da padaria Edgar". (Entrevista com Carlos Hodjane, Maputo aos 18 de 06 de 2024).

Essas acusações, supostas, ganham espaço na voz de outros ex-trabalhadores como a Emilia Duvane ao referir que:

"Mawai usurpou de 21 milhões que tinha recebido para distribuição dos ex-trabalhadores da RDA. Andava de carros de luxo e chegou a ter casa em Portugal onde usou o dinheiro de uma fórmula fraudulenta. Agora é um dos mais pobres entre os magermanes e anda envergonhado até os dias atuais" acrescentou dizendo " os regressados da RDA nunca estivemos a favor do partido FRELIMO, todos são farinhas do mesmo saco"(Emília Duvane, entrevistada em Maputo aos 24 de Julho de 2024).

Actualmente as reivindicações destes antigos trabalhadores são feitas numa base central, a Praça 28 de Maio, vulgarmente Jardim dos Madjermane (Marconi, 2003).

A Praça rodeado de lojas, restaurantes, oficinas mecânicas e comércio ambulante; atravessada por caminhos de cimento e em seu interior pequenas rotundas formadas por bancos alinhados, nos quais se veem na sua maioria homens com pastas sob o braço, discutindo algum evento da atualidade, em changana, ronga ou português, ou certamente misturando todas as línguas como se costuma ouvir já nas ruas e lugares

públicos da capital, tornou-se num centro encontro dos antigos trabalhadores da ex-RDA.

Este local foi selecionado devido a sua proximidade ao Ministério do Trabalho, se pode supor que são desempregados, os que vêm ou vão às dependências deste ministério em procura do que hoje em dia parece ser um artigo de luxo em Moçambique: um trabalho formal. No meio de toda esta agitada efervescência cidadina, sobressai a presença numerosa dos Magermanes (Marconi, 2003).

Neste lugar os Magermanes instalaram já em 1993 a base de operações para sua luta reivindicativa. Todas as quartas feiras se reúnem aproximadamente entre 100 e 250 Magermanes, entre homens e mulheres, embora os homens sejam sempre maioria (Banze, 2005).

Antes de começar eles se ordenam da seguinte forma: uma fila longa de três colunas, na ponta se coloca um homem com a bandeira da RDA, logo dois homens com o cartaz que identifica a associação, depois vêm às mulheres, que são entre 15 e 20 (o número varia de semana em semana), portando cartazes (Entrevista com Herminio Matavele, Maputo, 2023).

Logo vem três a quatro colunas de homens, deixando o centro da fila a um grupo de 15 a 20 homens portando instrumentos de percussão, na sua maioria, confeccionados com material reciclado (latas, latões, vazias, garrações, etc.), embora tenham também alguns tambores e apitos. Depois deste grupo vem entre oito e dez colunas de homens portando cartazes (segundo a assistência estas colunas podem duplicar) (Entrevista com Jaime Matola, Maputo, 2023).

Do lado de fora da formação, existem uns 5 a 6 homens encarregados da segurança da marcha, são os que fecham as ruas para a passagem dos manifestantes, responsáveis pela ordem no interior da marcha, impedem que algum dos manifestantes se exalte e incorra em alguma contravenção. Bem ao final da marcha vêm os dirigentes (Entrevista com Fabião, Maputo, 2023).

Antes de dar início à marcha é escolhido um pregador para abençoar o evento, assim como também conjurar os “maus espíritos”. Todas as vezes que assisti notei que o encarregado desta parte era um membro da igreja universal, porém não são todos que pertencem a esta igreja (Entrevista com Lúcia Simões, Maputo, 2023).

Encontrei muitos de confissão católica, evangélica pentecostal de diversas igrejas, muçulmana, etc. No momento da pregação, cada um reza de acordo com a sua filiação religiosa, deixando o pregador principal fazer uma missa em nome de todos.

A marcha começa às dez da manhã. Sai da praça entrando numa das avenidas principais de Maputo (Avenida Eduardo Mondlane) em direção do setor rico da cidade (Bairro de Polana Cimento). Neste bairro encontrase o banco SOCREMO (Sociedade de Crédito de Moçambique), instituição que segundo os Magermanes foi criada com o dinheiro deles e da qual não podem usufruir (Mosambik, 2011).

Outro elemento de temporalidade constitui-se na exigência expressa de pagamento de sua aposentadoria... *“O nosso dinheiro da reforma comeram estes filhos da mãe, e demonstram cinismo”*... Em outro momento me estendo sobre o problema das transferências detalhadamente, aqui só tentarei estabelecer o vínculo entre dinheiro e reivindicação durante a marcha, um possível porque de colocar expressamente a devolução do dinheiro de sua aposentadoria e não – a modo geral - das transferências cuja totalidade ainda não foi reembolsada de maneira íntegra. De alguma forma a idade tem aqui um papel.

“ A nossa história não termina por aqui, os culpados um dia vão pagar e não podemos ter medo de cobrar o que é nosso de direito, após a rescisão na Alemanha, alguns trabalhadores deixaram filhos que desde a sua volta na década 90 ao país nunca mais viram seus filhos e já se passa mais de 30 anos. Se Deus é por nós quê será contra nós e não será o governo que vai nos fazer desistir” Entrevista com

Jaime Matola, Maputo de 2024.

Em todo momento a força da reivindicação foi centrada na devolução do dinheiro com um ato de justiça... *“Devolvam a nossa dignidade!”*... *“queremos nossos direitos!”*... Aqui dignidade e direitos ocupam de maneira eufemística o lugar do dinheiro. Uma possível interpretação para esta metáfora seria entender que hoje em dia parece mais fácil apelar ao direito de reforma ou aposentadoria precisamente colocando de maneira explícita a avançada idade dos querelantes, e desta maneira criar um vínculo no imaginário tradicional de respeito aos velhos. Este fato se entende quando estes confrontam as poucas propostas de inserção ao mundo laboral vindas de parte do governo².

² Entrevista com Arnaldo Soares Mendes, Maputo, 03 de 08 de 2023

Um outro momento foi relatado também por Jaime Matola e fazia referência ao desejo do governo de enviar aos Magermanes trabalhar em Dubai. Parecera que estas duas propostas de “reinserção” laboral apontavam, sobretudo a abafar a luta reivindicativa deste grupo enviando-lhes fora da cidade.³

A necessária atualização da reivindicação, desta vez deixando de manifesto que o problema é de ordem monetária, coloca que a questão da idade é um elemento importante no imaginário Magermane, principalmente se entendemos que esta situação vincula elementos do mundo tradicional com elementos entendidos como modernos, como é o caso do respeito pela velhice associado à restituição da sua dignidade e a recuperação dos seus direitos através da devolução do dinheiro da reforma (Lucas, 2002).

" A maioria de nós depois de retornar da RDA, não fomos admitidos no estado e nem no sector privado, tivemos que nos reinventar e procurar outras maneiras de sobreviver como criar trabalhos por conta própria" Fabião, Entrevista em Maputo de 2024.

Mas, torna-se relevante referir os motivos reais e os contornos destas longas marchas. Embora embalados pelo sentimento de dor e de ódio, as Marchas não encontram a veracidade senão na luta continua pela busca do enquadramento destes em algum sector que os gere benefício. Sentem-se no direito de serem indemnizados. Mas, na essência, nalgum momento, não é apenas o Governo o responsável, eles também se tornam, pois, alguns destes receberam indemnizações em formas de afetação em sectores públicos, alguns receberam terra e gados em diferentes pontos do País. Alguns souberam gerir e outros não.

Aliás, é fundamental compreender que não se trata de um punhado de gente, o governo, nestas circunstâncias, não podia ter capacidades de absorver a todos de uma e única vez.

Hoje, noutra vertente, alguns manifestantes não são Madjermanes, são apenas descendentes dos Madjernas que se sentem no direito de reivindicar os direitos os seus antecessores facto que invalida, em parte, as ondas das manifestações.

Compreender estes pontos e outros contornos das marchas dos Madjermanes torna-se necessário para contribuição da história real dos ex-trabalhadores moçambicanos na RDA.

³ Entrevista com Jaime Matola, Maputo, 2023

CAPITULO V: CONSIDERAÇÕES FINAIS

É através de lembranças nostálgicas como estas que muitos madjermanes expressam seus sentimentos de traição. A esmagadora maioria dos retornados em Moçambique expressa desapontamento e raiva. Apenas alguns ainda têm esperança no futuro quando se trata da relação tensa entre eles e seu governo. Há vários fatores que continuam motivando alguns madjermanes a continuar seus protestos.

O maior deles é uma vida à margem da sociedade sem muitas perspectivas de melhoria. Há um sentimento de injustiça, que junto aos sucessos passados perpetua a saga bizantina pelos pagamentos de indenização. A memória das condições de vida dos trabalhadores na Alemanha Oriental se torna cada vez mais nostálgica quando posta em contraste com a vida numa favela e ganhar a vida através de empregos informais e irregulares.

Contrastando as expectativas que Samora Machel delineou para seu envolvimento no desenvolvimento de Moçambique e os sonhos que os madjermanes outrora abrigaram com a invisibilidade que lhes é concedida hoje, torna visível uma promessa política não cumprida.

É também inspirado pela transição pacífica na Alemanha Oriental. Alguns veem as manifestações em Maputo como parte de uma tradição política, na linha das manifestações de segunda-feira na Alemanha Oriental, da sociedade civil enfrentando o governo da FRELIMO.

Tudo isso encoraja alguns madjermanes a doarem seus chapéus, camisetas e bandeiras alemãs, pegarem suas vuvuzelas, apitos, tambores e cartazes de protesto feitos em casa e participarem das manifestações de quarta-feira em Maputo, mais de um quarto de século após seu retorno. O olhar dos retornados sobre seu país de origem mudou após sua volta para casa. Os ex-socialistas cosmopolitanos estão sempre comparando o desenvolvimento moçambicano pós-socialista com um quadro cada vez mais letárgico de suas vidas na Alemanha Oriental

CAPITULO VI: BIBLIOGRAFIA

Artigos:

Conferência Internacional "Respeito e Reconhecimento" sobre Cooperação para o Desenvolvimento Mocambique-Alemanha com o foco no trabalho contratado e peritos por ocasião do 40º aniversário do Tratado de Moçambique com a RDA de 24.02.1979

Hernandez, Hector Guerra- "NOSSOS GOVERNANTES ESTÃO CHEIOS DE DINHEIRO": construção de alteridades e sentimentos de pertença em torno do dinheiro. O caso dos Magermanes em Moçambique, *Fronteiras: Revista de História*, vol. 10, núm. 18, julio-diciembre, 2008, pp. 137-166 Universidade Federal da Grande Dourados.

Hernandez, H. G. **MIGRAÇÃO E SOCIALISMO COLONIAL: O CASO DOS TRABALHADORES MOÇAMBICANOS NA RÉPUBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ**. 30º Encontro Anual da ANPOCS 24 a 28 de outubro de 2006. Caxambu, MG.

Howell, J. «**The End of an Era: the Rise and Fall of G.D.R. Aid**», *The Journal of Modern African Studies*, 23, 2: 305-328, 1994.

Mulder, A. **Was wollt ihr noch hier? Warum geht ihr nicht nach Afrika zurück?** *Querbrief*, Berlin, 4, 91: 4-8, Weltfriedensdienst. Noack A. 1993, «Aus nach gut einem Jahr, in IZA et al. (eds), *Schwarz-Weisse Zeiten*, 1991.

Schenck, C. M. **Uma Breve História dos(as) Madjermanes Moçambicanos(as)**. Potsdam: Universidade de Potsdam, s.d.

Livros

Agamben, **Giorgio: Homo Sacer. Die souveräne Macht und das nackte Leben**, Editora Suhrkamp: Frankfurt, 2002

Banze, A.S.F. **Erinnerungen eines Rückkehrers. Moçambique - Alemanha, Ida e Volta**: Vivências dos Moçambicanos antes, durante e depois de estadia na Alemanha. Editado por Ulf Dieter Klemm. Maputo: Instituto Cultural Moçambique-Alemanha, ICMA, 2005.

- Cabaço, J. L. **Identidades, conflito e liberdade**. In: **TRAVESIAS** - Revista de Ciências Sociais e Humanas em língua Portuguesa, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, n. 4/5, p. 237-250, 2004.
- Friedman, M. J. **Um esboço da História Americana**. Departamento de Estado dos Estados Unidos e Escritório de Assuntos Públicos, 2012.
- Gil, A. C. (2008). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed, São Paulo: Editora Atlas S.A
- Hänisch, W. (ed). **Wörterbuch der Aussenpolitik und des Völkerrechts**. Ost Berlin: Dietz Verlag, 1980.
- Laville C., & Dionne J. A. **A construção do saber: manual de metodologia da Pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999
- Madeira, J. Entrevista. em Jack Davis, Marcia C. Schenck, “**A Republic of the Mind**” [vídeo]. Disponível em: <https://vimeo.com/133725374>. Acesso em: 29.07.2021.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projecto e relatórios**. São Paulo: Atla, 2003
- Mosambik, Vertragsarbeit. **Uma Breve História dos(as) Madgermanes Moçambicanos(as)**, 2011
- Disponível em (https://vertragsarbeit-mosambik-ddr.de/konferenz_video/jardim-dos-madgermanes/)
- Oppenheimer, Jochen. "**Magermanes**: os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã", 2004.
- Disponível em (https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2004_num_11_1_1591)
- Oppenheimer, J. **Magermanes**. Os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã. Centro dos Estudos Sociais, Faculdade de Economia de Coimbra. 2004.
- Oppenheimer, J. **Os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã: Passado e Presente**. Centro dos Estudos sobre África e Desenvolvimento. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2003.

Monografias:

Doering, Hans-Joaquim. **Es Geht um unsere Existenz Die Politik swe DDR Gegenuber der Dritten Welt:** Am Beispie von Mosambik un Athiopien, Berlin Links Verlag, Reih Forschungen zur DDR Gesellschaft, 1999.

Lucas, A. F. **Mão-de-obra MOCAMBICANA Emigrante na ex. Republica Democratica Alema_1979-1990.** Maputo, 2002

Rückert, B. & Tump, R. «**Ghetto oder Lager**»: Informationsdienst Südliches Afrika, Bona, 1, '91 : 32-33, 1991.

Entrevistas:

Arnaldo Soares Mendes, entrevistado a 30.08.2023, Maputo, Moçambique.

Carlos Hodjane, entrevistado a 18 de 06 de 2024, Maputo, Moçambique.

Cisínio Francisco, entrevistado a 24. 07. 2024, Maputo, Moçambique.

Constantino, entrevistado a 06.09.2023, Maputo, Moçambique.

Emília Duvane, entrevistada a 24.07. de 2024, Maputo, Moçambique .

Fabião, entrevistado a 06.09.2023, Maputo, Moçambique.

Jaime Matola, entrevistado a 30.08.2023, Maputo, Moçambique.

Herminio Matavele, entrevistado a 06.09.2023, Maputo, Moçambique.

José Alfredo Cossa entrevistado a 30.08.2023, Maputo, Moçambique.

Lídia Simões, entrevistada a 13.09.2023, Maputo, Moçambique.

Manuel Inácio Mocha, entrevistado a 24.07. 2024, Maputo, Moçambique.

Zeca, entrevistado a 06 de 09 de 2023 Maputo, Moçambique.

Jornais:

1. Noticia de 24 de Janeiro de 2015.

2. Noticia N° 1035 de 12/08/1990

3. NoticiaN°25135, de 21 de Agosto de 2021

4. ZAMBEZE de 08 de Outubro de 2015.

5. "Moçambique: Madgermanes mais perto de indemnizações?" por DW
(<https://www.dw.com/index.html>)

Revista Tempo

1. TEMPO, N 1035 de 12/08/1990